



# EMPOWER

CONSULTORIA EM ANÁLISE ESTRATÉGICA E RISCO POLÍTICO



## EMPOWER ANTECIPA – Dezembro 2021

### Relatório Mensal de Cenários Políticos



[www.empowerconsult.com.br](http://www.empowerconsult.com.br)



[contato@empowerconsult.com.br](mailto:contato@empowerconsult.com.br)



## EMPOWER ANTECIPA – Dezembro/2021

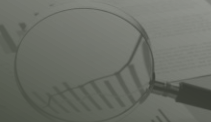
### CENÁRIO POLÍTICO DOMÉSTICO

#### Funcionamento do Governo

As dúvidas sobre a permanência no governo do ministro Paulo Guedes (Economia) se dissiparam permanentemente no final de novembro. O Posto Ipiranga saiu politicamente ileso do aguardado depoimento a duas comissões temáticas da Câmara sobre o caso de sua empresa *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas. Por conseguinte, a tendência é que a audiência adicional de Guedes prevista para o plenário da Câmara nem aconteça mais. O ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) também se fortaleceu após a aprovação definitiva no Congresso da medida provisória que havia recriado a sua pasta (desmembrada da Economia). Não esperamos novidades na composição da Esplanada dos Ministérios no curto e no médio prazos, pois o Executivo é o único poder que não estará em recesso na segunda quinzena de dezembro e em todo o mês de janeiro. A próxima reforma ministerial deve ocorrer somente no final de março, que é o prazo para a desincompatibilização para ao menos 10 ministros que serão candidatos nas eleições do próximo ano. A recente filiação do presidente Bolsonaro ao PL deve estimular a filiação dos ministros de origem parlamentar aos partidos do Centrão (PL, PP e Republicanos). O governo também precisará ficar atento à tramitação no Congresso da Lei Orçamentária para 2022 (PLN 19/21). Caso a LOA não seja aprovada até 17 de dezembro, a capacidade mensal de execução das despesas correntes da União ficaria limitada a 1/12 do orçamento em vigor, com a decorrente paralisia de novos investimentos.

#### Relação entre os poderes

O balanço do relacionamento entre o Palácio do Planalto e o Congresso nas últimas semanas acabou sendo favorável ao governo Bolsonaro. A aprovação no plenário do Senado (por 47 votos contra 32) da nomeação de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal pode ser considerada uma vitória do governo, mesmo decorridos quase 5 meses desde a sua indicação original. A iminente posse de Mendonça no STF favorece ainda mais a pacificação entre o Executivo e o Judiciário. Outro triunfo importante do Planalto foi a aprovação definitiva da medida provisória que criou o programa social Auxílio Brasil. Mas, sem dúvida, o maior êxito político do governo em novembro foi a aprovação, em dois turnos de votação nos plenários da Câmara e do Senado, da proposta de emenda constitucional que permite o parcelamento de precatórios e que altera o teto de gastos públicos. A nova redação dada à PEC 23/21 pelo Senado reduziu bastante a percepção de risco fiscal apontada por analistas econômicos e pelo mercado financeiro, pois criou novas salvaguardas de que o espaço fiscal a ser criado será efetivamente destinado ao financiamento do Auxílio Brasil e de outros programas sociais. Na prática, porém, a PEC dos Precatórios ainda terá que passar por uma segunda rodada de votações na Câmara em dezembro. O presidente Arthur Lira (PP-AL) pretende fatiar a PEC, promulgando de imediato os artigos que não foram alterados pelo Senado, e deixando o restante para o próximo ano. Trata-se de uma engenharia regimental e política que não é desprovida de riscos, e que deverá ser monitorada de perto ao longo das próximas semanas. Outra relevante decisão de risco político



aguardada para dezembro será a reação do STF à recente regulamentação das emendas de relator aprovada pelo Congresso.

## **Opinião pública**

Parece não haver limite para o declínio de popularidade do governo Bolsonaro nas pesquisas. Ao contrário de nossas expectativas anteriores, as tendências do quarto semestre de 2021 para os índices do presidente seguem sendo o aumento da reprovação e a queda na aprovação. Na média de 11 pesquisas (feitas por 5 institutos diferentes) divulgadas ao longo do trimestre, o governo Bolsonaro é avaliado positivamente por 23,8% dos entrevistados, contra outras 54,1% que o avaliam de modo negativo. O declínio da popularidade já dura quatro trimestres consecutivos, e não será revertido nem mesmo pela rodada de novas pesquisas prevista para o mês de dezembro. A piora do desempenho do governo Bolsonaro nas pesquisas é gradativa, mas persistente. Por outro lado, o início do pagamento do Auxílio Brasil turbinado será uma variável importante a ser monitorada nos próximos meses.

## **Reformas econômicas**

Pelo segundo mês consecutivo, não houve avanços na tramitação legislativa das reformas tributária e administrativa. O líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR) acaba de declarar que ambas ficarão para “depois das eleições de 2022”. Trata-se de um eufemismo cujo significado real é que ambas serão deixadas como herança para o próximo presidente. De fato, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator da reforma do IR (PL 2.337/21) no Senado, já diz categoricamente que o projeto do governo será arquivado. Na Câmara, o relator Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) também reconheceu que a reforma administrativa (PEC 32/20) proposta pelo Ministério da Economia ficará para o próximo período de governo. As melhores expectativas para o mês de dezembro residem em possíveis avanços em alguns importantes marcos regulatórios setoriais, de cuja aprovação depende a atração de novos (e significativos) investimentos privados. O marco da navegação de cabotagem (PL 4.199/20) é o primeiro da lista, pois resta apenas uma segunda votação no plenário da Câmara. Ainda há também chances de que o Congresso aprove em definitivo os novos marcos legais do mercado de câmbio (o PL 5.387/19 está no plenário do Senado) e do setor ferroviário (o PL 3.754/21 está no plenário da Câmara).



## *Hot Topics*

Estamos às vésperas do início de um ano em que a sucessão presidencial dominará o cenário político. Os prováveis protagonistas da campanha eleitoral buscam estabelecer suas coalizões de apoio. A candidatura à reeleição do presidente Bolsonaro (PL) deverá ser apoiada por um bloco que inclui os partidos do Centrão (PP, PL, Republicanos e PTB). Uma das incertezas reside na definição de seu companheiro de chapa, que certamente não será mais o vice-presidente Hamilton Mourão. Outra incerteza é se a deterioração da popularidade do governo nas pesquisas poderá ou não deixar o presidente Bolsonaro de fora do segundo turno. Enquanto isso, o ex-presidente Lula (PT) permanece tranquilo na liderança das intenções de voto, vencendo nas simulações de segundo turno todos os seus potenciais adversários. No caso de Lula, as incertezas dizem respeito à composição de sua coalizão eleitoral: se incluiria somente outros partidos de esquerda (como em suas derrotas para FHC) ou se abriria realmente espaço na chapa para perfis mais moderados como os de Geraldo Alckmin (que está de saída do PSDB) ou mesmo, como especulam alguns, de Rodrigo Pacheco (PSD). O campo da chamada terceira via parece estar se aglutinando em torno de apenas três nomes: Sergio Moro (Podemos), Ciro Gomes (PDT) e João Dória (PSDB). Resta ver se todos serão mesmo candidatos, e se alguma aliança entre eles será ou não formada.

---

## Expediente

A Empower oferece a seus clientes serviços aprofundados de análise de risco político, de planejamentos estratégico e de gestão e gerenciamento de crise visando consolidar negócios no Brasil e no exterior.

### Conteúdo

Vera do Val Galante  
Luís Pedroso  
Rogério Schmitt  
Benício Schmidt

### Diagramação

Paulo Cesar Galante Siqueira